

## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

OFÍCIO № 437/2025/ATL/PGM

Caçapava, 12 de novembro de 2025.

Exmo. Sr.

Vereador Rodrigo Meireles Cursino

Presidente da Câmara Municipal de Caçapava

Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Câmara Municipal de Caçapava
Receibide evn: 18/11/25
Hora: 15/45
Aselodura

Pelo presente, encaminho o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de Vale-Alimentação e diárias aos Conselheiros Tutelares do Município de Caçapava, e dá outras providências, para que seja levado a apreciação e aprovação por Vossa Excelência e seus Dignos Pares.

Trata-se de Projeto de Lei que visa assegurar aos Conselheiros Tutelares o direito à percepção de Vale-Alimentação e ao recebimento de diárias, em condições equivalentes as garantidas aos servidores públicos municipais.

Tal medida encontra respaldo jurídico e constitucional, tendo em vista que os Conselheiros Tutelares exercem função pública essencial, de natureza administrativa, prevista no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990). Além disso, desempenham atribuições permanentes, complexas e de alta relevância social, inclusive com dedicação exclusiva e regime de plantões, muitas vezes demandando deslocamentos em diligências e viagens fora da sede do Município.

A Constituição Federal, no artigo 227, estabelece como dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação de seus direitos fundamentais, incumbindo ao Poder Público dotar os Conselhos Tutelares de estrutura adequada ao pleno cumprimento de sua missão institucional. Dessa forma, garantir aos Conselheiros condições mínimas de subsistência e dignidade no exercício de suas funções

Rua Capitão Carlos de Moura, 243, Vila Pantaleão, Caçapava - SP CEP: 12.280-050 / Tel. (12) 3654-6656 - atl2@cacapava.sp.gov.br



## MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - ATL

encontra amparo no princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF) e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF).

Cumpre reforçar que fornecimento de benefícios como Vale-Alimentação e diárias não se confunde com aumento remuneratório indevido, mas sim com instrumentos de indenização ou auxilio destinados a compensar despesas relacionadas ao exercício da função pública, em perfeita simetria com o tratamento conferido aos servidores públicos.

Por todo o exposto, a presente iniciativa não apenas respeita a competência municipal para legislar sobre matéria administrativa e de interesse local (art. 30, I e II, CF), como também representa um passo importante na valorização institucional do Conselho Tutelar, contribuindo para a melhoria dos serviços de proteção à infância e à adolescência no Município.

A proposta está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, especialmente aos ODS 8 e 16, promovendo um trabalho decente e o crescimento econômico, e voltado ao fortalecimento da justiça, da paz social e da eficácia das instituições.

Diante do exposto, espero ser o incluso Projeto de Lei apreciado, votado e aprovado, em regime de urgência, por essa E. Casa de Leis.

Respeitosamente,

Prefeito Municipal

nticar documento e

ava.splonline.com.br/auter